



Periferia

E-ISSN: 1984-9540

periferiauerj@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

Capri Raposo, Fernanda
NILÓPOLIS JUDAICA: DE CIDADE IMAGINADA À TRADIÇÃO INVENTADA
Periferia, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 27-38
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Duque de Caxias, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552156371004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NILÓPOLIS JUDAICA: DE CIDADE IMAGINADA À TRADIÇÃO INVENTADA

Fernanda Capri Raposo¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente estudo visa compreender, mediante a memória e do espaço ocupado pelos imigrantes judeus, como foi (re)construída a representação do ser judeu por esses imigrantes e seus descendentes, que viveram em Nilópolis, no período de 1928 a 1982.

Palavras-chave: Judeus; Nilópolis; cidade; imigrantes; Baixada Fluminense.

JEWISH NILÓPOLIS: THE IMAGINED CITY OF INVENTED TRADITION

ABSTRACT

This study aims to understand through memory and the space occupied by Jewish immigrants as (re)constructed representation of a Jew by these immigrants and their descendants who lived in Nilópolis in the period 1928 to 1982.

Keyword: Jews; Nilópolis; city; immigrants; Baixada Fluminense.

INTRODUÇÃO

Alguns pesquisadores e memorialistas afirmam que o judeu, cristão-novo ou não, esteve presente em terras brasileiras desde o início do processo de colonização por Portugal. Para Wolff e Wolff, “o marrano (o judaizante) e o cristão-novo, enfim, o português de raízes israelitas, exerceu um papel tão importante quanto o ‘cristão-velho’ na formação [da] imensa colônia” ([s.d], p. 27). Ou, como afirma Coutinho Galeão, o Brasil teve na “sua origem ponderável coeficiente de sangue hebreu” (*apud* WOLFF; WOLFF, [s.d.], p. 27), ou seja, desde muito cedo as terras brasileiras já estavam visadas como um dos destinos da imigração judaica.

¹ Doutoranda em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio – Unigranrio; possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2002) e mestrado em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio – Unigranrio (2012). Atualmente é técnica em arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Arquivologia e História, com ênfase em Memória, História Regional e Patrimônio, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de documentos, técnicas de arquivamento, avaliação de documentos, história regional, judeus, cultura judaica, memória, identidade, patrimônio, Baixada Fluminense, estudos sobre morte e cemitérios. E-mail: fernandacapri@gmail.com.

No entanto, é devido afirmar que o auge do processo migratório de judeus para o Brasil ocorreu no período entre guerras. Ao longo da década de 1920, os judeus emigravam em decorrência das difíceis circunstâncias trazidas pela guerra de 1914, “responsável pela emigração de famílias inteiras que fugiam às dificuldades existentes no continente europeu” (MENEZES, 1996, p. 81). Já no decurso dos anos 1930, período no qual se propagavam as ondas antisemitas na Europa, os judeus foram impelidos a deixar o Velho Continente e buscar novas terras, fugindo das perseguições e da intolerância religiosa.

Assim, pode-se dizer que o deslocamento de judeus para terras brasileiras foi obra, portanto, da associação de dois fatores principais: a escassez, seguida de dificuldades, além das perseguições, fruto da intolerância religiosa ou, melhor dizendo, em um contexto de dificuldades, a emigração aparecia como solução, embalando o sonho de uma vida melhor (MENEZES, 1996).

Ressaltamos que, nesse período, os judeus que vinham para o Brasil², começaram a dispor de mais uma alternativa para se fixar no país: as terras da antiga Fazenda São Matheus.

A localidade foi adquirida inicialmente por João Alves Mirandella (NOGUEIRA, 2009, p. 71-73) como campo de criação de animais (CARDOSO, 1938, p. 20) até meados de 1914, pois após essa data Mirandella resolveu fazer uma planta do local e vender os lotes a preços módicos e divididos em pequenas prestações, com anúncios nos mais importantes jornais da época. Começava a se desenhar a futura cidade de Nilópolis.

Inicialmente a cidade era considerada um distrito do município de Nova Iguaçu e denominada Engenheiro Neiva, nome que mais tarde foi substituído por Nilópolis, em homenagem a Nilo Peçanha³, que esteve na cidade por duas ocasiões.

² Acredita-se que esta iniciativa de Mirandella, de anunciar a venda dos lotes em jornais, chamou a atenção desses imigrantes judeus.

³ Nilo Procópio Peçanha nasceu na cidade de Campos, na região norte do Estado do Rio de Janeiro, era filho de agricultores humildes e formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco, no ano de 1887. Fundou o Clube Republicano de Campos e o Partido Republicano Fluminense – PRF, sendo presidente de ambos. Sua carreira política inclui inúmeros mandatos: deputado à Assembleia Nacional

As terras da futura Nilópolis eram o local perfeito para os imigrantes judeus, pois lá se poderia viver o judaísmo abertamente, uma vez que a cidade era vizinha da região central, que se encontrava ligada pela rede ferroviária de transportes, e ao mesmo tempo distante das aglomerações.

Aduz-se que a presença dos judeus foi muito importante para a futura Nilópolis, visto que a cidade alcançou *status* de município devido aos avanços econômicos proporcionados em parte pela comunidade judaica, que, com seu comércio, contribuiu para esse progresso.

JUDEUS EM NILÓPOLIS: QUEM ERAM, DE ONDE VIERAM E POR QUÊ?

Respondemos aos questionamentos esclarecendo que a comunidade judaica foi formada em grande parte por imigrantes judeus de origem polonesa e russa, pertencentes ao grupo dos asquenazitas⁴, maior contingente de imigrantes judeus para terras brasileiras.

Pode-se perceber que o deslocamento desses judeus para o Brasil ocorreu especialmente na conjuntura do período entreguerras, motivado pelas circunstâncias trágicas trazidas pela Primeira Guerra Mundial, que deixavam famílias inteiras diante

Constituinte, deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense, senador em três ocasiões, presidente do Estado do Rio de Janeiro, um dos signatários do Convênio de Taubaté-SP, vice-presidente da República, presidente da República por duas vezes, e ministro das Relações Exteriores no governo Delfim Moreira (Consultado em <<http://www4.planalto.gov.br/informacoespresidenciais/nilo-pecanha>>).

⁴ Os judeus asquenazitas são oriundos do Leste Europeu; falavam, além da língua de seu local de origem, o hebraico e um dialeto chamado iídiche. Segundo Cordeiro (2002, p. 7), os judeus possuem dois expressivos grupos que imigraram para o Brasil: os serafaditas e os asquenazitas. Chegou-se à conclusão de que foram os asquenazitas que migraram para Nilópolis com base nos relatos de London (1999, p. 40), em seu livro *Vivência judaica em Nilópolis*, e pelos entrevistados na dissertação que produzi, pois os judeus que lá se estabeleceram utilizavam um dialeto chamado iídiche, além do hebraico, como forma de comunicação entre si no seu dia a dia, nas sinagogas e em textos litúrgicos e literários. Ademais, pode-se verificar que os asquenazitas, quando chegaram ao Brasil, procuravam manter seus costumes e modo de viver e isso foi de igual modo observado nos judeus que se estabeleceram em Nilópolis. No que se refere ao iídiche, vale esclarecer que este é classificado como um dialeto que remete à Idade Média, formado pela mistura do alemão medieval com palavras hebraicas e eslavas (RIBEIRO, *apud* WORCMAN, 1991, p. 322). Podemos, desse modo, afirmar que é um dialeto que tem origem por volta do século X nas fronteiras franco-germânicas, às margens do Reno (SZUCHMAN, 2006, p. 61) e formou-se a partir da utilização de elementos próprios e estranhos, culminando na elaboração pelo povo de uma língua particular que não deixava fundir-se com a população circundante (DUBNOW, 1953, p. 381).

do dilema da emigração. No entanto, ao longo dos anos 1930, devido à propagação das ondas antissemitas na Europa, cresceu o número de judeus que deixaram o Velho Continente fugindo das perseguições e da intolerância religiosa, buscando novas terras onde pudessem (re)construir suas vidas. E a região em que mais tarde haveria de surgir a cidade de Nilópolis foi um dos locais privilegiados por esses emigrantes.

O motivo que inicialmente levou esses sujeitos a se deslocar para esta região foi o acesso facilitado a terrenos para construção de casas e abertura de lojas comerciais.

Outra causa que encorajou esse deslocamento foi sua localização. Vizinha da região central, à qual se encontrava ligada pela rede ferroviária de transportes, mas distante das aglomerações mais expressivas, possibilitava ao imigrante vindo da Europa em busca de oportunidades melhores condições para se estabelecer como judeu, vivendo o judaísmo abertamente, sem discriminações e perseguições.

Nessa perspectiva, verificou-se que em meados dos anos de 1920 já existiam fluxos de famílias inteiras de judeus vindos tanto da Praça Onze como de países europeus se estabelecendo na localidade, refazendo em terras brasileiras, mais precisamente em futuras terras nilopolitanas, uma *sthetl*⁵, ou seja, um suporte para as memórias particulares que se juntam e, assim, constituem o coletivo, o qual auxilia na reconstrução de determinada época e/ou fato.

A CONSTRUÇÃO DA STHETL NILOPOLITANA

Esses indivíduos preferiram se fixar nas partes mais altas da cidade, em especial na Rua Menna Barreto, como forma de se prevenir de possíveis inundações. Nessa época, enchentes eram comuns nas imediações da Praça Onze, de onde alguns se deslocaram, ou mesmo na região de Nilópolis, como a que devastou a cidade em 1916⁶.

⁵ Palavra em iídiche que quer dizer cidadezinha, embora, segundo Worcman (1991, p. 328), quando um judeu se refere a um espaço como um *shtetl*, isso quer dizer que ele está impondo uma conotação emocional, pois esse espaço o faz lembrar de seu lugar de origem.

⁶ Em 1916, de acordo com Ernesto Cardoso (*apud* RAPOSO, 2012, p. 33-34), abateu-se sobre o local uma calamidade. Após dias seguidos de chuva intensa, ocorreu uma das maiores enchentes jamais vistas, tanto na capital, quanto na região da Baixada Fluminense, o que ocasionou grandes perdas financeiras e

Certamente o episódio fazia parte da memória coletiva, e os judeus que chegavam sempre procuravam o alto da Rua Menna Barreto.

Nessa rua, os judeus construíram tudo o que era necessário para manter vivos seus costumes e tradições: a sinagoga, a escola de ensino complementar judaica, a biblioteca, o clube, os açougues e outras vendas de produtos *kosher*, estabeleceram o *shochetim* (um tipo de profissional encarregado de abater os animais para consumo das famílias de acordo com o ritual judaico), além das lojas e dos artesãos.

Esse espaço da cidade era tão movimentado que atraía judeus provenientes de outros lugares e também os não judeus. A comunicação entre eles era feita em iídiche, o que proporcionava uma sensação de bem-estar e segurança aos imigrantes que viviam ali e estabeleciam laços expressivos com o local, afirmando uma territorialidade judaica, expressando identidade.

Desse modo, a experiência dos judeus na cidade qualificou essa rua, na qual viviam, moravam, trabalhavam, como ponto de convergência entre os membros da comunidade, atribuindo-lhe, assim, uma funcionalidade cuja missão era alicerçar a memória coletiva, já que se parecia com uma réplica dos seus antigos povoados europeus, as chamadas “*shtetlech*”⁷.

Ítalo Calvino, em *As Cidades Invisíveis* (1990, p. 23), acredita que a cidade ocupa um lugar importante no sistema de símbolos elaborados pela história da cultura: “o tema da cidade dotada de vida própria revoca o tema clássico da cidade utópica, [...] reproposto ciclicamente pelo imaginário coletivo e repensado, constantemente, como meta de perfeição e receptáculo de sonhos”.

Nessa perspectiva, percebemos que na cidade tudo é símbolo e, desse modo, esses símbolos expressam um conjunto de valores, usos, hábitos, desejos, crenças que nutrem, através dos tempos, a vivência dos indivíduos.

sentimentais. As chuvas torrenciais deixaram um rastro de dor e miséria numa Engenheiro Neiva que começava a surgir de um espesso matagal e que ainda não contava com um sistema de saneamento a contento, potencializando a força das águas que a tudo arrastou na sua ação destruidora.

⁷ Palavra em iídiche que é empregada para se referir ao plural de cidades judaicas.

Desse modo, a comunidade judaica nilopolitana criou uma cidade imaginada, ou seja, um *ethos* urbano inventado, uma cidade judaica criada e projetada no imaginário desse imigrante, a qual se concretizava, no todo ou em parte, por meio das lutas cotidianas e das práticas culturais explicitadas nos rituais e códigos de conduta estabelecidos por esse grupo, num espaço geográfico limitado dentro de uma cidade real.

Podemos ir além e dizer então que a (re)criação desse espaço é fruto de uma concepção subjetiva e, sobretudo, calviniana de uma cidade forjada como produto de memória de um indivíduo em relação à sua cidade natal, ou seja, é resultado de uma geografia interior, pois a memória desses sujeitos trabalha em favor da (re)criação de uma relação de identidade da cidade na qual eles habitam com a sua cidade natal. Logo, esses indivíduos criam fronteiras imaginárias, e em Nilópolis tal representação foi tão forte que podemos até dizer que se impôs como verdadeira, formando uma cidade dentro de outra cidade em que viveram.

Verificamos que essa cidade a princípio era mental, porém se tornou física devido a uma necessidade de estabelecer um espaço no qual se pudesse (re)afirmar as identidades, ou seja, um local onde esse indivíduo pudesse se reconhecer como humano, pertencente a um grupo.

Por conseguinte, podemos perceber, a partir do que descreve Maalouf (2005, p. 9-10), que esse indivíduo que e/imigra passa a habitar entre lugares reais e imaginários: o real é o país onde vive; o imaginário é seu país de origem.

A situação decorre, pois, do ato de deixar seu *lócus* de origem, voluntariamente ou não; é uma experiência traumática na qual os indivíduos, para amenizar esse corte, fundam um espaço potencial onde se cria uma ponte entre o país de origem e a moradia atual, permitindo assim, a esses indivíduos, novos meios para se verem em seus mundos (MAALOUF, 2005, p. 10).

Esta abordagem mimética sobre a cidade na qual esse indivíduo vive é acionada pela memória, que permite acessar a cidade subterrânea que há em cada um de nós e que faz parte da nossa própria história.

Ademais, vale ressaltar que esse espaço é constituído pelo imaginário coletivo em cima de desejos e medos, os quais se relacionam com a cidade e se situam como sinal de distanciamento entre os mundos reais e possíveis, como afirma Pesavento: “cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (2007, p. 14).

Ainda segundo Pesavento (2007, p. 15), essas cidades imaginadas se tornam cidades sensíveis, visto que são construídas pelo pensamento que as identifica, classifica e acima de tudo a qualifica, permitindo que enxerguemos e vivenciemos essa ou aquela realidade de acordo com os nossos interesses, em contraposição à realidade tangível, transformando o espaço em lugar portador de um significado, ou seja, de uma memória.

Esse *shtetl* em terras nilopolitanas foi uma construção da memória coletiva, a qual transformou uma rua da cidade em mecanismo de recuperação de um determinado passado para o presente dos indivíduos que lá viviam; o espaço em que foi projetada essa cidade imaginada e, sobretudo, sensível situa-se fora do tempo e espaços reais, pois se fez não pelo concreto, tampouco pela ordem espacial, mas pelas lembranças.

Assim, ratificando, tomamos novamente os escritos de Pesavento (2007, p. 15) acerca do tempo construído por estas cidades imaginadas:

Cidades são, antes de tudo, *cronotopos*, para usar a consagrada expressão de Mikhail Bakhtin: elas são unidades de tempo e espaço. Todas essas construções imaginárias de sentido que se estabelecem com relação à cidade são históricas, datadas, o que, em última análise, implica dizer que sempre se dão em uma temporalidade e uma espacialidade determinada.

A cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada. Porém, em termos de cidade, esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído, e não é possível pensar um sem o outro.

Nesse sentido, as cidades imaginadas se constroem não somente pela força do imaginário e pela memória, mas, de igual modo, pela reconfiguração temporal, que permite dar a ver e ler a temporalidade transcorrida através do presente.

Sob esse panorama, então, Pesavento (2007, p. 16-17) aduz que é inventado seu passado, são construídos os mitos das origens, recolhidas lendas, descobertos seus ancestrais, eleitos heróis, identificados patrimônios que atribuem significado aos lugares e a personagens, definidas tradições e impostos ritos, ou seja, acaba por se definir uma identidade, um modo de ser que possibilita reconhecimento e fornece aos homens uma sensação de pertencimento e identificação com a cidade, como dito anteriormente.

Segundo esse pressuposto, verificamos que os judeus, ao fundarem na cidade a Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis⁸, estabelecido também na Rua Menna Barreto – que nada mais era do que uma instituição na qual se reuniam todas as representações sociais e religiosas necessárias para viver o judaísmo fora de seu país de origem –, estão construindo ou, melhor dizendo, inventando seus patrimônios na cidade.

Essas construções ocorrem porque esses indivíduos possuem a sensação de esta fora de lugar e nada mais são do que um resultado provocado pelos deslocamentos, os quais influenciam a construção da identidade, tornando-as contraditórias em relação àquilo que o grupo espera do indivíduo e à realidade de sua constituição. Essas dicotomias entre realidade e expectativa são resultado das tradições inventadas.

Segundo Hobsbawm, em *A Invenção das Tradições* (1997), a tradição inventada se caracteriza como uma ideologia e não uma técnica; ele afirma ainda que elas são formadas por um conjunto de regras que se estabelecem pela repetição, podendo ser de natureza ritual ou simbólica, a qual estabelece uma relação de continuidade do passado.

⁸ A Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis era a instituição responsável pela administração da sinagoga, da escola complementar, da biblioteca, do clube, do teatro iídiche e do cemitério comunal estabelecidos na cidade de Nilópolis (RAPOSO, 2012, p. 124).

Podemos classificar as práticas dos indivíduos desenvolvidas com o auxílio da Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis, e a própria construção dessa instituição, como dito anteriormente, como uma tradição inventada, pois promovem práticas sociais que estão em possíveis processos de degeneração, devido aos constantes deslocamentos desse grupo pelo mundo.

Outro ponto que vale destacar, a partir dos escritos de Hobsbawm, é o alerta que o autor faz para não confundir o fato do poder de adaptação e a força das tradições genuínas com a invenção das tradições (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 22).

Para Said, em *Fora de Lugar* (2004), a tradição inventada é definida como aquilo que parece ser uma verdade, mas se constrói em cima de algo que contradiz a verdade intencionalmente ou não e perpassa o âmbito social para se incluir no cultural e histórico e que escapa completamente da linguagem e da memória; o resultado é a criação de uma tradição de acordo com um novo contexto.

Ainda segundo Said (2004, p. 245-246), qualquer tradição de um povo é uma tradição inventada que é estabelecida dentro do tempo e espaço.

Assim, por meio da cidade imaginada e das tradições inventadas pelos judeus que se estabeleceram em Nilópolis, formaram-se marcas na cidade que, com o passar dos anos, após o esvaziamento até a extinção da comunidade judaica, ocorrida pela busca de melhores condições educacionais para seus descendentes, começaram a ser dispersadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certeau (1996, p. 189) afirma que os homens usam, escolhem, negam, refazem ou inventam o espaço do passado conforme suas necessidades e intenções, ou seja, o indivíduo precisa do passado para enfrentar a paisagem do presente; dessa forma, os espaços construídos pelos judeus para viver o judaísmo em terras nilopolitanas nada mais são do que histórias fragmentárias e isoladas em si dos passados roubados à legibilidade de outros tempos empilhados que podem se desdobrar, ratificando uma nova conjuntura.

Nessa perspectiva, verificamos que, na tentativa de (re)inventar a vida em terras brasileiras, em especial na cidade de Nilópolis, esses indivíduos tomaram como inspiração seu país de origem e suas tradições; portanto, os judeus, quando se estabeleceram no município, (re)criaram instituições que, ao se materializarem, auxiliaram o viver judaico em terras tão distantes e dessemelhantes das de origem, formando, desse modo, uma paisagem forjada pela ação arrematada de alguns símbolos.

De mais a mais, Simon Schama (1996) salienta que toda ideia de paisagem carrega consigo um referencial para a memória construída pela percepção humana e pelas lembranças na dialética de como se dá a leitura/interação do indivíduo com/do mundo, ou seja, uma interpretação dentro da cultura. Desse jeito, mitos de diferentes épocas e regiões são construídos com distintos meios, os quais fazem parte da compreensão de que determinada sociedade contemporânea os cria como um modo de estabelecer um ideário de representações que estabelece valores e é necessário para guardar os verdadeiros traços de uma cultura.

Por outro lado, essas criações e representações geradas pelo grupo podem ser consideradas inventadas, pois surgem como meios de solidificar as impressões e ideologias moldadas de acordo com um passado evocado por um grupo ou indivíduo que tem poder para tanto.

Ademais, verificamos que a constituição dessas instituições em Nilópolis por indivíduos que lá viveram é um marco, pois, assim como judeu vive sob o imperativo da memória, de igual modo é de sua responsabilidade a longevidade histórica do judaísmo; por este motivo, a criação da Sociedade ou Centro Israelita de Nilópolis envolve um simbolismo afetivo que denota um carisma, remetendo-o a um patrimônio⁹ para os judeus, ou seja, “algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações [...], feito na forma de herança de bens e práticas sociais” (CANANI, 2005, p. 165).

⁹ De acordo com Ferreira (2006, p. 79), patrimônio pode ser “o esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito [...], conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou evento em si”.

Esse espaço judaico existente na cidade tinha como principal objetivo ser utilizado para fins de (re)afirmar a cultura judaica.

Por fim, mas não menos importante, vale ressaltar que na localidade a comunidade era formada por um número expressivo de indivíduos de origem judaica – cerca de mil indivíduos agrupados em trezentas famílias –, os quais, ao ocuparem o espaço urbano, atribuíam significado a essa experiência.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 163-175, jan./jun. 2005.
- CARDOSO, Ernesto. *Nilópolis de ontem e de hoje*. Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CORDEIRO, Hélio Daniel. *O que é o judaísmo*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- DUBNOW, Somon. *História judaica*. Buenos Aires: S. Sigal, 1953.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchio. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LONDON, Esther. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- MAALOUF, Jorge Fouad. *O sofrimento de imigrantes: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no self*. 2005. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro (org.). *Memorial nilopolitano*. Nilópolis: Prefeitura Municipal, 2009. t. 1.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.
- RAPOSO, Fernanda Capri. *Nilópolis e as memórias judaicas*. 2012. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy. Duque de Caxias, 2012.
- SAID, Edward. *Fora de lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SZUCHMAN, Esther. *Identificação/identidade: linguagem, história e memória na condição judaica*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Judeus nos primórdios do Brasil República*. Rio de Janeiro: Biblioteca Israelita H. N. Bialik, [s.d.].

WORCMAN, Susane. *Heranças e lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ARI/CIEC/MIS, 1991.